

Utopía y Praxis Latinoamericana

Dep. legal: ppi 201502ZU4650

*Esta publicación científica en formato digital
es continuidad de la revista impresa*
ISSN 1315-5216

Depósito legal pp 199602ZU720

Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social

Universidad del Zulia, Maracaibo, Venezuela
Facultad de Ciencias Económicas y Sociales
Centro de Estudios Sociológicos y Antropológicos (CESA)



AÑO 20, N°70
Julio - Septiembre

2 0 1 5



Presentación

Prof^a. Doutora Paula Cristina Pereira¹

Espaço público e política(s) na

Este número monográfico da Revista ***Utopia y Praxis Latinoamericana***, sobre ***Espaço público e política(s) na contemporaneidade***, constitui, confiamos, um importante conjunto de reflexões sobre a problemática do espaço público contemporâneo e seus temas conexos.

Reúne textos que resultam das actividades de pesquisas de alguns membros investigadores e colaboradores do Grupo de Investigação ***Philosophy and Public Space*** (GI PPS), do Instituto de Filosofia (UI&D/502/FCT) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O *GI PPS*² – animado pelo pressuposto de que a filosofia e a cidade contam uma história paralela na conquista do inabitado e do impensado, traduzida no desejo de humanização, sempre cruzando novas formas de pensar e de habitar (López Soria) – apoiou a sua investigação em quatro reflexões nucleares: a) a fundamental relação da filosofia com a cidade; b) a reflexão em torno do espaço público/espço privado; c) o afastamento progressivo entre as noções de polis e de cidade; d) o cruzamento da cidade como património político com os patrimónios cultural e social. As principais finalidades da atividade de investigação do GI PPS, no período entre 2007 e 2013, constituíram-se, então, em torno da reflexão sobre o lugar e papel da filosofia no espaço público, nomeadamente na vida da cidade, face e aos desafios e tensões da sociedade contemporânea, de modo a equacionar a filosofia como factor de desenvolvimento social e contribuir para a compreensão dos fenómenos do espaço público e das relações entre o humano e o não humano, entre o natural e o social, entre o individual e o colectivo, sem os quais, julgamos, qualquer tentativa menos inclusiva poderá conduzir ao fracasso dos níveis de civilidade e ao desvirtuamento da identidade dos lugares. Tendo em conta o exposto, a investigação organizou-se, no período referido, em torno de dois projetos: 1) variações do humano, na construção da civilidade contemporânea; 2) o habitar - a cidade como espaço ético, antropológico, educativo e político.

Os investigadores do GI agregam-se na ideia de que pensar o mundo e o homem implica pensá-los vinculados às respetivas *experiências da sua apresentação*; o que significa acolher, hospedar *quem chega, o que acontece e o que nos sucede*, em *urbanidade*. A urbanidade do pensamento (e não o pensamento da urbanidade) configura-se como um *ethos* necessário ao ideal civilizacional que coloca o espaço das aprendizagens significativas como lugar de experiência com o mundo, manifesto no *dar-espço*, superando-se a apropriação e a representação pelo cuidar: ser afectado e tocado pelas coisas³.

- 1 Paula Cristina Pereira é Professora do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da *Universidade do Porto* e Investigadora Integrada do Instituto de Filosofia da mesma Universidade (UI&D), onde é Investigadora Responsável do Grupo de Investigação *Philosophy and Public Space*. É também diretora do Programa Doutoral em Filosofia da Universidade do Porto.
- 2 No âmbito da apresentação dos textos deste número monográfico, entendemos que podia ser mais esclarecedor fazer uma breve descrição da componente científica, em jeito de *estória*, do *GI PPS* que foi constituído em 2007. Algumas partes do texto que aqui se publica decorrem da apresentação do GI em: http://filosofia.up.pt/gfe/public_space?p=home e da candidatura 2015-2020 (a financiamento) à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).
- 3 A produção científica dos membros do *GI PPS* distribui-se entre inúmeras publicações em revistas (nacionais e internacionais), livros individuais e obras coletivas (para além de diversas dissertações de Mestrado e de Doutoramento já realizadas e em curso). Optámos por

Pensamos que um dos principais desafios que se colocam, hoje, ao pensamento, constitui-se na necessidade da articulação entre os projetos filosófico, antropológico, político, social e educacional, face aos novos modos de habitar, de modo a equacionarmos uma renovada maioria intelectual que supere a violência do discurso (essencialmente de matriz ocidental) que presenciamos exponenciado no quadro da gestão tecnológico-política da vida, da ciência e do conhecimento, veículo dos poderes económicos, que nos tem feito voltar a uma minoridade intelectual. A nossa reflexão sobre o espaço público contemporâneo procura, pois, responder à exigência de configurarmos diferentes possibilidades de participação e de reorganização da sociedade civil e política.

No âmbito da atividade do *GI PPS*, temos tentado analisar algumas dimensões relativas às alterações do processo civilizacional no que respeita à construção do *comum*, aos fundamentos da democracia, à cultura, às figuras do poder, ao exercício da cidadania, às articulações entre a tecnologia e o humano, à universalização do mundo urbano, às figuras de alheamento, de exclusão e de hiperespecialização, à articulação espaço público/espaço privado e à educação.

Mas podemos perguntar: O espaço público (ou a cidade como sua metáfora maior) constitui um tema novo para a reflexão filosófica? Ramón Queralto no Prefácio ao livro *A Filosofia e a Cidade*, responde:

«No resulta difícil (...) argumentar algunas respuestas. En primer lugar, hay una mayoría de seres humanos que habitan en ciudades o entornos similares, y es ahí donde realizan su vida para bien y para mal, es ahí donde serán felices o infelices, y es ahí donde se encaminarán hacia su muerte. ¿No bastaría esto para mostrar un poco de atención al tema de la ciudad si ésta es el hábitaculo más normal de la existencia del hombre contemporáneo? Y si además se añade el hecho de que, con el acelerado cambio social (...), las condiciones de vida en las ciudades están mutando ostensiblemente y creando, por tanto, impactos de primera magnitud en la vida humana en ellas, las cuales inciden sobremanera en el propio bienestar del hombre, ¿acaso no sería bienvenida una reflexión filosófica –y no solo técnica en sus diversas modalidades– acerca del ser humano habitante de la ciudad en devenir que se há convertido en su «mundo» cotidiano? En segundo lugar, ¿qué va a aportar aquí la filosofía? (...) aportará medios de comprensión para calibrar el alcance de la ciudad “de ahora” para el hombre y su vida, es decir, servirá para comprender la ciudadanía como categoría específica de la existencia humana en el momento presente.

(...) Si pareciera poco añadámosle que esa ciudadanía se enfrenta hoy con situaciones nuevas tales como la multiculturalidad, la globalización de las sociedades habitantes en la ciudad, la construcción democrática de la misma, el impacto de los mass-media, etc. (...) Tanto más cuanto la ciudadanía, como categoría de la vida humana en nuestro

registar aqui alguns livros individuais e as obras coletivas desde 2007. Coletivas: PEREIRA, PC (org.). *A Filosofia e a Cidade*, Porto, Campo das Letras, 2008; PEREIRA, PC (org.). *A Filosofia e a Cidade*, Vol. II, Porto, Edições Afrontamento, 2010; PEREIRA, PC (org.). *Espaço público. Variações críticas sobre a urbanidade*, Porto, Edições Afrontamento, 2012; PEREIRA, PC (Editora-convidada). “Modos e figuras do habitar na sociedade contemporânea”, *Argumentos de Razão Técnica, Revista espanhola de Ciência, Tecnologia y Sociedad, y Filosofía de la Tecnología*, número especial, Universidad de Sevilla, 2009. Individuais: BASTOS, FE. *Arqueologia(s) do poder - Espaço público: um projecto político, antropológico e poético*, Porto, Edições Afrontamento, 2012; COIMBRA, MA. *(Des)humano, demasiado (des)humano. O homem na Era digital: uma reflexão com Pierre Lévy*, Porto, Edições Afrontamento, 2010; CUNHA, RD da C. *Educar para a Verdade e a Virtude. A emergência da modernidade pedagógica no pensamento educacional de John Locke*, Porto, Edições Afrontamento, 2012; ESCOLA, J. *Gabriel Marcel. Comunicação e Educação*, Porto, Edições Afrontamento, 2011; MEDEIROS, EO. *Educação, Cultura(s) e Cidadania*, Porto, Edições Afrontamento, 2009; PEREIRA, PC. *Condição humana e condição urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 2011.

entorno histórico, también está cambiando extraordinariamente, como no podía ser menos a causa del cambio social a que estamos sometidos. (...). En efecto, pues el impacto de las nuevas tecnologías de la información y de la comunicación (TICs) en la vida social está transformando la concepción heredada de la ciudadanía y las condiciones básicas del ejercicio de la propia ciudadanía. (...) Si la educación es adquisición de conocimiento (entre otras cosas), entonces hay que aprender a transformar la simple información en tal conocimiento (...), y eso ya nolo da el orde ha de considerarse, por tanto, un servicio público, lo cual exige que no esté mediatizada por intereses distintos a los inherentes a una prestación social básica, aunque esos intereses puedan ser lícitos y conformes al ordenamiento legal, por ejemplo el beneficio económico privado obtenido de esse modo. Este ejemplo muestra el amplio abanico de temas filosóficos, principalmente éticos, políticos y antropológicos, que la ciudadanía, como categoría de la vida humana de hoy, trae consigo. Y esto, obviamente, implica a la ciudad en cuanto espacio público del habitar contemporáneo. Por eso, la reflexión filosófica en torno a este tema no es una invención en una «tarde de domingo», sino la aparición de un nuevo campo de discernimiento generado por nuestras propias condiciones históricas»⁴.

Com efeito, a reflexão sobre o Espaço Público revela um fecundo cruzamento de perspetivas. Da polis grega, passando pela Cosmopolis helenística, pela Theopolis medieval, ou ainda pela Anthropolis da Modernidade à Tecnopolis do século XXI, identificam-se metamorfoses que (re) inauguram, a cada momento, o questionamento filosófico sobre o espaço público, com impacto no modo como *habitamos*. Seja na consideração das dimensões política, social ou económica, seja pela ponderação dos fenómenos de globalização, somos, progressivamente, confrontados com exigências de formação, de emancipação, de reconhecimento e de conhecimento, das quais depende a vida da cidadania e a reconfiguração do espaço público contemporâneo como autêntico *espaço comum*.

O *GI PPS* tem, então, como principal objetivo da sua atividade de investigação, no período de 2015 a 2020, reposicionar *espacialmente* a Filosofia, identificando e analisando criticamente três temáticas a) a relação sociedade, política e tecnologia; b) a complexa reconfiguração do *comum*; c) a problemática da condição urbana e das sociedades plurais.

Na reconfiguração da noção de espaço público, por força do desenvolvimento da ciência e dos universos da técnica e tecnologia, assistimos à consolidação da 3ª revolução industrial, à revolução da informação, abrindo a sociedade pós-industrial, informacional, dos fluxos ou em rede. A gestão tecnológico-política da vida articula a ciência, o conhecimento e a economia, própria do modelo capitalista. A filosofia encontra, assim, novos desafios no confronto com o progresso tecnocientífico, que concede à informação e sua circulação, aos novos saberes e ao conhecimento livre, condições essenciais para a afirmação de uma sociedade que se pretende democrática e atuante, com incidência na economia do conhecimento e nas questões éticas despoletadas por uma civilização tecnológica, convidando a encontrar as vias mais adequadas a uma nova sociabilidade no ciberespaço, à inclusão social, educacional e digital de todos os cidadãos. A extensão de uma cidadania cosmopolita instaura, pois, uma renovada ligação do individual com o comum, da particularidade com a universalidade, e essa ligação pode contribuir para formas diferentes de viver o poder em democracia.

4 PEREIRA, PC (org.). *A Filosofia e a Cidade*, vol II, Porto, Edições Afrontamento, 2010, pp. 12-18.

As sociedades plurais trazem também ao debate novos mapas da interculturalidade que consideram os Direitos Humanos como pontes para a edificação de uma nova cultura de paz e de uma cidadania ativa e responsável. Interpele-se, no âmbito de um enfoque filosófico intercultural, as (des)territorializações políticas, culturais, sociais, éticas e educativas face à complexidade gerada pela globalização.

Habitar num mundo global requer, portanto, o desenvolvimento de aprendizagens educativas significativas, identificando os fatores de coesão e de inclusão, respondendo às reivindicações contemporâneas de reconhecimento e de emancipação⁵.

No âmbito dos propósitos do GI PPS, **Ana Carina Vilares** procura no seu texto, neste número monográfico, identificar «a dimensão social do reconhecimento, pela reflexão sobre o carácter antropológico de um si que se quer ver reconhecido no espaço público». E na consideração da complexidade em equacionar a conciliação entre o individual o social, essencial à vida da democracia, **Anita Gramigna** sublinha o papel da educação, «não pode haver democracia onde falta conhecimento. Uma e outra pertencem à mesma ordem de questões. Anita propõe-nos uma hermenêutica pedagógica da instância política que pode individuar a necessidade ética de uma finalidade emancipativa do sujeito e da coletividade».

Sujeito, reconhecimento, emancipação, educação, identidade, comunidade são algumas das noções que se cruzam no âmbito da reflexão sobre o espaço público que requer também a consideração da noção de *património* para a sua análise. É na procura do aprofundamento dos sentidos das relações que essas noções podem revelar que **Maria José Figueiroa-Rego** articula o património com a educação, nomeadamente com a “educação de públicos”; «o património, dependendo da educação cívica de cada povo, deve ser entendido como algo cuja posse se partilha; algo que não sendo de ninguém em particular é de toda uma comunidade que o erige, seleciona, preserva e que com ele se identifica. O património é a raiz identitária de uma comunidade. A filosofia, enquanto actividade reflexiva, a partir da qual damos sentido à nossa existência, contribui para a tomada de consciência de que somos juntamente com os outros, num determinado tempo, e num determinado espaço. Pela filosofia torna-se claro que a nossa história pessoal e irrepitível não é mais do que uma peça do puzzle da História enquanto relato, sempre (re) construído e ficcionado, da aventura da humanidade da qual fazemos parte (...), é a nossa relação com a história, com o património e com os campos de experiência que nos possibilitam a construção da nossa própria identidade».

A inevitável relação da educação com a construção da identidade reposiciona, com efeito, a emancipação na ordem do discurso filosófico. Todavia, a emancipação política ou social só pode gerar-se pela emancipação intelectual que se distingue do movimento progressivo de libertação e que sobretudo abre possibilidades a novas configurações do espaço público, quer dizer do comum. **Graça Silva** destaca «a emancipação intelectual como uma atitude limiar ou rizomática, onde a imaginação, no seu livre jogo com o pensamento, cria novos segmentos de sentido, isto é, novas configurações do comum para além daquelas que existem. A emancipação intelectual (...) distingue-se (...) do pensamento crítico, pois enquanto o pensamento crítico tem como móbil a substituição do

5 Alguns dos autores que constituem referências para o trabalho de investigação do GI PPS: Agostinho (S.), Arendt, Aristóteles, Augé, Baudrillard, Bauman, Beck, Benjamin, Bobbio, Breton, Campanella, Castells, Castoriadis, Chomsky, Cortina, Dumont, Feenberg, Foucault, Fromm, Fukuyama, Gasset, Giddens, Gil, Habermas, Heidegger, Hobbes, Honneth, Hottis, Illich, Innerarity, Maffesoli, Maldonado, Marcel, Miticham, Nagel, Negri, Negro Ponte, Kant, Kristeva, Lafuente, Lefebvre, Latouche, Latour, Levinas, Lévy, Lourenço, Platão, Postman, Rawls, Renaut, Rancière, Ricouer, Rousseau, Santos, Sennet, Simondon, Singer, Stiegler, Sloterdijk, Taylor, Touraine, Turkle, Vattimo, Virilio.

modelo visado pela crítica por um outro modelo, obedecendo à mesma lógica do consenso, uma lógica bivalente ou de alternância, a emancipação intelectual, pelo contrário, é alimentada por uma lógica do dissenso, da rutura, do desvio ou da alternativa».

A atual fragmentação do espaço público obriga-nos a questionar a democracia e a configurar a lógica do dissenso como possibilidade qualitativa da continuidade dos processos de democratização, sobretudo porque os laços entre a sociedade, o poder, a ciência, a tecnologia e a economia manifestam-se em complexas teias que urge desconstruir. Os regimes democráticos – refere **Fernando Evangelista Bastos** –, «na sua acção concreta, continuam a apreciar mais a submissão do que a participação crítica. Deste modo, cada ser contínua a definir-se na sua existência através daquilo a que se submete e pelo modo como o demonstra (o mostra). Todo o poder, seja qual for a sua matriz, parece impor uma única ontologia (a ontologia da submissão)». E a relação entre o poder político e a tecnologia não escapa, muitas vezes, a essa ontologia da submissão que se traduz também em isolamento. Para **Joaquim Escola**, «as tecnologias da informação e comunicação vêm, em alguns casos, agravar esse isolamento, privilegiando nietzscheanamente o ausente em vez do próximo, favorecendo as mediações tecnológicas, apontando então para alargada Cidade-Mundo, que não é senão uma tecnopolis. Na mesma linha de Hans Jonas, poder-se-ia dizer que da mesma forma que se impunha a necessidade de uma nova ética, uma ética que respondesse a uma civilização tecnológica, urge repensar a democracia, os direitos humanos à luz dos desafios que o desenvolvimento tecnológico nos coloca e, naturalmente, de alguns dos problemas éticos, políticos, antropológicos que a tecnologia, no curso da sua afirmação, tem desvelado».

As tecnologias podem sustentar um modelo ciberimperial, ao manifestar um desejo de apropriação dos sujeitos e do mundo, mas podemos aceitar (ou não) que a era digital também anuncia outros modos de acesso à informação e à produção de conhecimento. Mas a tecnocultura está aí e os novos contextos que a suportam constituem novos desafios para a filosofia e para o(s) espaço(s) público(s) contemporâneo(s).

De acordo com **Maria Assumpta Coimbra** avançamos «para um paradigma comunicacional que dilacera o discurso único hegemónico, unívoco e unidirecional, assente na forma “um - todos”, a favor da hiperconexão e da participação comunicativa em que todos podem emitir. Isto porque os novos meios possibilitam não apenas o poder de cada indivíduo determinar os seus hábitos comunicacionais (as informações a consumir), mas também a capacidade de ativamente expressar-se no circuito da comunicação. Progrediu-se de uma cultura de massas, “copyright”, fechada e centralizadora para uma cultura “copyleft”, aberta, colaborativa e individualizada. Esta materializada na crescente troca de informação e de conhecimentos e no trabalho coletivo partilhado sob diversos formatos: Web, chats, e-mails, blogs temáticos, fóruns de discussão, software livre, jogos online, plataformas interativas, redes sociais».

Os novos ágoras eletrónicos podem ser observados não apenas como “espaços” de alienação ou de submissão mas, quando apropriados pelos sujeitos porque percebidos como experimentos, como novas possibilidades, como espaços relevantes para a expressão e vida da cidadania e uma renovada consciência do comum como modelo de produção de conhecimento e de sentido.

Todavia, as sociedades atuais, por efeito das tecnologias e, sobretudo, dos discursos mediáticos, são “transbordantes”, afirma **Maria João Couto**, partindo de Henri-Pierre Jeudy, e esclarece: «o processo de desrealização do mundo encerra uma outra dinâmica: os discursos e as imagens, sobretudo mediáticos, perderam qualquer ancoragem numa realidade pré-existente. Os

acontecimentos já não têm necessariamente que preceder a informação mas converteram-se em pretextos para as mais diversas performances mediáticas. (...) O sentido não se confunde, portanto, nem com a significação daquilo que dizemos ou mostramos nem com a realidade a que nos referimos quando falamos. Encontra-se, simultaneamente, dentro e fora dos enunciados. (...) É suprimida a realidade do sujeito, a realidade do mundo, e fraccionada a realidade interactiva dos indivíduos. (...) A profusão de discursos e de imagens que circulam na sociedade contemporânea torna os próprios objectos e as próprias pessoas insignificantes. A realidade representada como realidade expressa, caindo em pleno no tautismo, que, segundo L. Sfez, caracteriza a sociedade contemporânea».

A fechar a apresentação deste número monográfico, fica o convite para a leitura das últimas obras de Roland Barthes – abordadas por **Luis G. Soto** –, em «especial os cursos que deu no Collège de France, como ocasião para refletir sobre a vida ética e o espaço público, no âmbito da sociedade contemporânea ocidental. Nessas obras, Barthes realiza uma indagação ética, cujo centro é a vida do indivíduo singular e as suas relações com os outros, regidas por padrões éticos e submetidas à mediação de poder e dos seus mecanismos tanto na esfera privada como no espaço público».

Pensar o espaço público, com Barthes, pode representar um gesto de resistência, a transgressão que a literatura, no seio da linguagem, promete.



UNIVERSIDAD
DEL ZULIA



Utopía y Praxis
Latinoamericana

AÑO 20, N° 70

*Esta revista fue editada en formato digital y publicada en
septiembre de 2015, por el **Fondo Editorial Serbiluz**,
Universidad del Zulia. Maracaibo-Venezuela*

www.luz.edu.ve
www.serbi.luz.edu.ve
produccioncientifica.luz.edu.ve